

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 2012

. GEOGRAFIA POLÍTICA .

SANDRA MARIA LUCAS PINTO SILVA

Sandra Maria Lucas Pinto Silva

. GEOGRAFIA POLÍTICA .

Belo Horizonte
CAED-UFMG
2012

Sandra Maria Lucas Pinto Silva

. GEOGRAFIA POLÍTICA .

*Belo Horizonte
CAED-UFMG
2012*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Prof^o Clélio Campolina Diniz

Reitor

Prof^a Rocksane de Carvalho Norton

Vice-Reitora

Prof^a Antônia Vitória Soares Aranha

Pró Reitora de Graduação

Prof^o André Luiz dos Santos Cabral

Pró Reitor Adjunto de Graduação

CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Prof^o Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Diretor de Educação à Distância

Prof^o Wagner José Corradi Barbosa

Coordenador da UAB/UFMG

EDITOR CAED-UFMG

Prof^o Fernando Selmar Rocha Fidalgo

CONSELHO EDITORIAL

Prof^a Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalberto

Prof^o Dan Avritzer

Prof^a Eliane Novato Silva

Prof^o Hormindo Pereira de Souza

Prof^a Paulina Maria Maia Barbosa

Prof^a Simone de Fátima Barbosa Tófani

Prof^a Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Prof^o Wagner José Corradi Barbosa

COLEÇÃO EAD - GEOGRAFIA

Coordenadora: Prof^a Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Livro: Geografia Política

Autor: Sandra Maria Lucas Pinto Silva

Projeto Gráfico: Laboratório de Arte e Tecnologia para Educação/EBA/UFMG

Este livro recebeu apoio financeiro da UAB/CAPEs.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Luciana de Oliveira M. Cunha, CRB-6/2725)

Silva, Sandra Maria Lucas Pinto
S586g Geografia política / Sandra Maria Lucas Pinto Silva. – Belo Horizonte : CAED-UFMG, 2012.
54 p. ; 27 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN

1. Geografia política. 2. Geopolítica. 3. Ensino a distância. I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Título.

CDD 910.132
CDU 911.3:32

A Universidade Federal de Minas Gerais atua em diversos projetos de Educação a Distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), que iniciou suas atividades em 2003, credenciando a UFMG junto ao Ministério da Educação para a oferta de cursos a distância.

O CAED-UFMG (Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais), Unidade Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação, tem por objetivo administrar, coordenar e assessorar o desenvolvimento de cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão na modalidade a distância, desenvolver estudos e pesquisas sobre educação a distância, promover a articulação da UFMG com os polos de apoio presencial, como também, produzir e editar livros acadêmicos e/ou didáticos, impressos e digitais, bem como a produção de outros materiais pedagógicos sobre EAD.

Em 2007, diante do objetivo de formação inicial de professores em serviço, foi criado o Programa Pró-Licenciatura com a criação dos cursos de graduação a distância e, em 2008, com a necessidade de expansão da educação superior pública foi criado pelo Ministério da Educação, o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. A UFMG integrou-se a esses programas visando apoiar a formação de professores em Minas Gerais, além de desenvolver um ensino superior de qualidade em municípios brasileiros desprovidos de instituições de ensino superior.

Atualmente, a UFMG oferece - através do Pró-licenciatura e da UAB - cinco cursos de graduação, quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*, sete cursos de aperfeiçoamento e um de atualização.

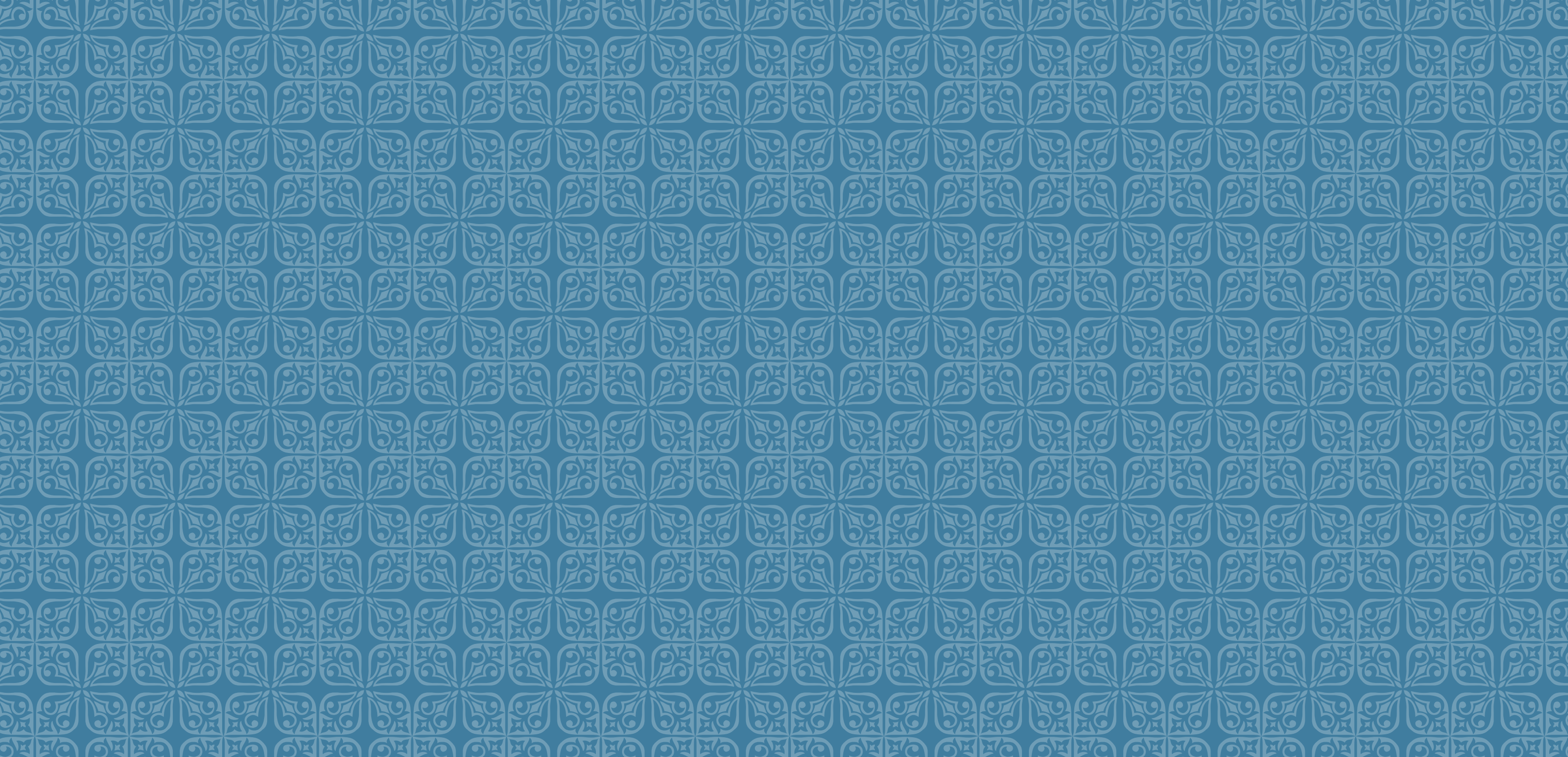
Como um passo importante e decisivo o CAED-UFMG decidiu, neste ano de 2011, criar a Editora CAED-UFMG como forma de potencializar a produção do material didático a ser disponibilizado para os cursos em funcionamento.

Nesse sentido, publicamos mais esse livro da coleção Educação a Distância, série Geografia. Agradecemos aos autores e à equipe de produção pela competência e dedicação que garantiram, com certeza, o nível de excelência desta obra apresentada à comunidade acadêmica.

Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Editor

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 2 - ORIGENS	14
CAPÍTULO 3 - GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	20
CAPÍTULO 4 - O ESTADO	28
CAPÍTULO 5 - COMPONENTES DOS TERRITÓRIOS DOS ESTADOS	34
CAPÍTULO 6 - FRONTEIRA E LIMITE	40
CAPÍTULO 7 - ASCENSÃO DO MUNDO OCIDENTAL	46
BIBLIOGRAFIA	52



CAPÍTULO 1



1. INTRODUÇÃO

A política pode ser vista como a expressão e o controle dos conflitos sociais. Estes conflitos se dão sobre uma base material que é o território. A Geografia Política aborda as relações que vão se estabelecer entre a política e o território e pode, portanto, ser entendida como um conjunto de ideias sobre essas relações.

A política é a essência das normas socialmente instituídas para o controle das paixões, ou seja: os conflitos de interesses e de ambições, entre religiões, entre classes e outros. A convivência dos interesses é viabilizada pela existência de normas.

No Houaiss (2008), a política é definida como a arte ou ciência de governar e pode ser aplicada aos negócios internos de uma nação – constituindo a política interna – ou às relações externas, compondo a política externa.

Uma sociedade é composta por classes sociais diferentes que se definem por fatores diversos, como renda, religião, idade, etc. Entre as classes sociais surgem interesses diferentes que podem gerar conflitos de magnitude variada. Há o desejo das diversas classes de organizar o território de acordo com as suas conveniências, ou seja, de forma a assegurar o modo de vida proposto, ou possível, ao grupo. A organização do território, vista como ideal para uma classe, pode significar um obstáculo à satisfação dos interesses de outra classe social, constituindo, assim, uma razão para o conflito.

Essa realidade pode ser constatada em escalas diferentes: uma pequena sociedade rural, uma área urbana, uma extensão nacional, etc. Seja qual for a dimensão, a base da sociedade é o território e as normas, e o que vai gerenciar as relações constitui a política. A Geografia Política visa analisar como os fenômenos políticos se territorializam.

O nascimento da Geografia, como disciplina acadêmica, está vinculado a um conjunto de condições das potências européias no século XIX, em um momento de disputas territoriais entre Estados consolidados e Estados em formação. O conhecimento geográfico era essencial na disputa por território e, a despeito do aprofundamento deste conhecimento pela contribuição de grandes nomes (como Humboldt, por exemplo), era inegável o uso dos estudos para opressão e dominação imperiais, o que levou a uma associação entre Geografia e Colonialismo, e Geografia e Imperialismo.

Desde 1850 a Geografia tornou-se disciplina obrigatória no ensino elementar na Alemanha, e a vitória deste país na Guerra Franco-Prussiana garantiu o reconhecimento de sua importância: a Geografia poderia ser usada para reforçar a ideia de Estado-Nação, o que levará à institucionalização da disciplina como cátedra, no período da unificação alemã (1864/1871).

Nessa época, a Europa Ocidental passava por um momento de progresso econômico dos Estados e de aumento da competição entre eles. A Geografia e a História, nesse contexto, serviram de base para a construção do sentimento nacionalista.

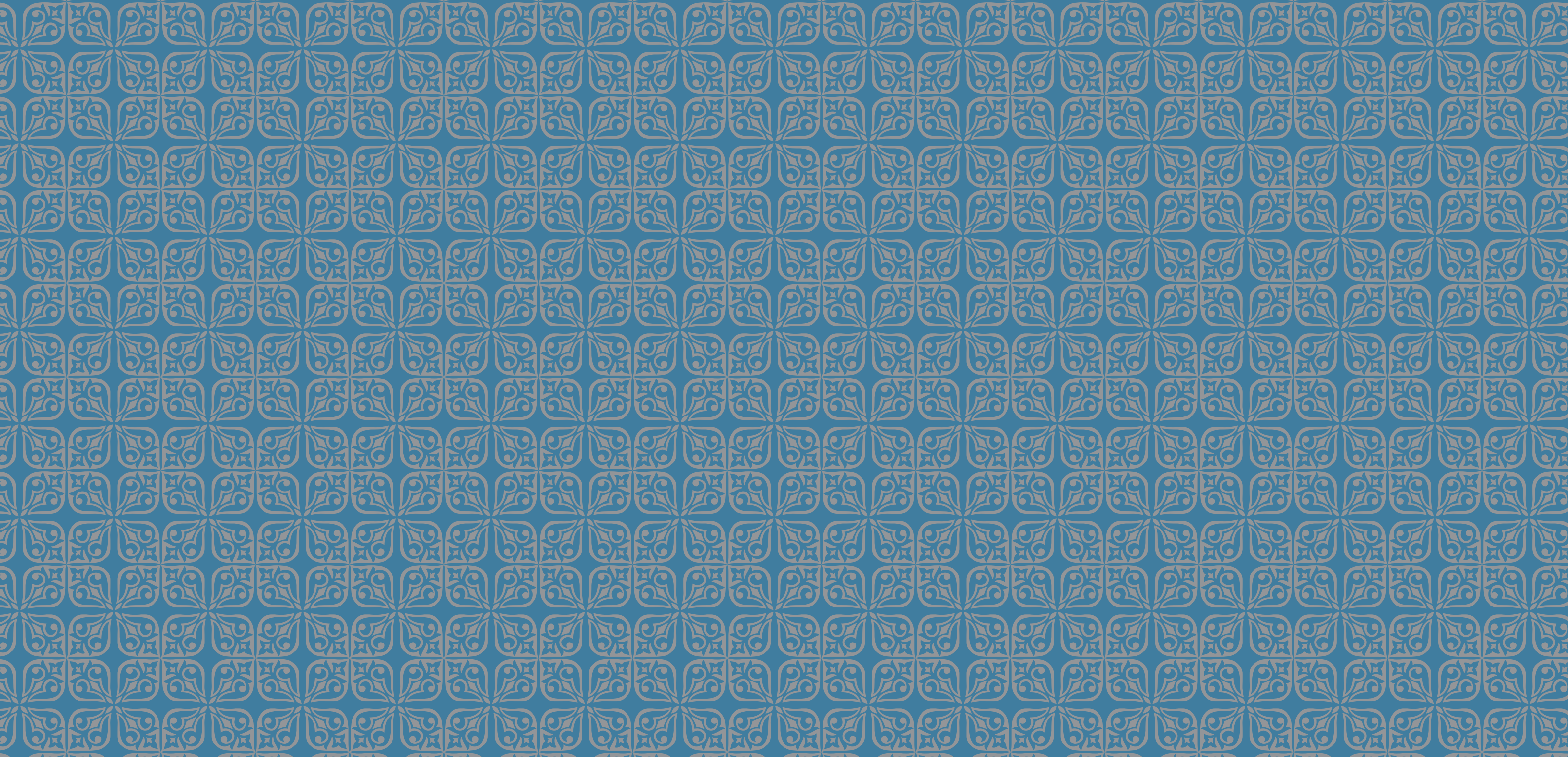
Castells (1999) resgata críticas (algumas mais e outras menos severas) de autores, como Gellner, que considera a Nação “uma criação histórica arbitrária, advinda de movimentos controlados pelas elites em seu projeto de estabelecimento do Estado-Nação Moderno”¹. Ou seja, o sentimento nacionalista seria forjado em comunidades ou culturalmente construído para atender aos interesses socioeconômicos, em geral emanados das elites, mas não exclusivamente delas. O nacionalismo foi a estratégia adotada para a consolidação do império alemão e o ensino da Geografia era imprescindível à construção deste sentimento de conhecer e valorizar o espaço natural.

Foi na época da Revolução Francesa, quase um século antes, que a ideia de nacionalismo começou a ser elaborada. O território constituía um patrimônio da Nação que deveria ser preservado para as gerações futuras.

Já a Reforma religiosa do teólogo alemão Martin Lutero, no início do século XVI, favoreceu o fortalecimento da ideia de que a política era um assunto para os homens, contrapondo à preocupação anterior em adequar o exercício do poder à vontade divina. O Papado até então considerava os príncipes e os reis como subordinados, ou seja, detentores apenas de um poder delegado, e a Reforma marcou-se pela ruptura entre o poder espiritual e o poder temporal.

Outra face importante da mudança luterana foi o enfraquecimento da ideia de uma cristandade unida na Europa, o que facilitou a construção de um sistema de Estados soberanos e gerou a possibilidade de coexistência, em uma mesma unidade política, de diferentes religiões. Esse princípio contrariou a imposição anterior de homogeneidade religiosa de uma comunidade, a despeito de experiências anteriores de convivência entre cristãos, judeus e muçulmanos na Península Ibérica.

¹ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.



CAPÍTULO 2



2. ORIGENS

Na primeira metade do século XIX, considerava-se que a Geografia era composta pela Geografia Política, pela Geografia Física e pela Geografia Matemática, que incluía a Cartografia. Posteriormente, a Geografia Política passou a ser denominada Geografia Humana.

Dois nomes se destacaram nesse período: o alemão Carl Ritter, autor de “*Erdkunde*”, obra que, embora constituída de dezenove volumes, era ainda incompleta quando de sua morte; e Conrad Malte-Brun, dinamarquês naturalizado francês que, em 1810, publicou “*Geographie Universelle*”.

Em sua obra, Malte-Brun define como temas da Geografia Política as questões de fronteiras, das populações segmentadas em classes sociais, dos idiomas, das religiões, das formas de governo e dos Estados. Outro tema de difícil abordagem – os diferentes estágios de civilização em que se encontravam os povos – foi também trabalhado pelo autor. A importância da “*Geographie Universelle*” levou à reedição da obra ao longo de meio século (a última vez, em 1860). Ritter e Malte-Brun trabalharam a Geografia em escala regional, mas já incluíram o estudo do Estado como elemento importante da Geografia Política.

No final do século XIX, foram feitas teorizações sobre a Geografia Política. Nesse momento, mais um nome se destacava na Alemanha: Friedrich Ratzel. Seus estudos tiveram o mérito de levar à inclusão da Geografia Política como uma das disciplinas formais da escola alemã, já que este autor considerava o conhecimento da Geografia como uma ferramenta para a construção do patriotismo alemão.

Ratzel introduziu o conceito de espaço e explorou a importância dele, e trabalhou a ideia de Estado como um organismo vivo. Ele percebeu e enfatizou a relação existente entre um povo e o solo e colocou como legítima a aspiração de se ampliar o espaço considerado vital. O autor defendeu ainda a ideia do tempo de permanência e da ligação de cada povo com seu território como fundamental para organizar a paisagem e valorizar os recursos naturais, destacando as formas como o meio natural poderia influenciar o desenvolvimento de uma sociedade.

As ciências da natureza são anteriores às ciências sociais e houve experiências de se usar modelos explicativos das primeiras na realidade social. Estes estudos foram chamados de **darwinismo social**, o que foi alvo de muitas críticas, uma vez que o modelo desconsiderava a racionalidade humana. A proposta de Ratzel de como o meio natural influenciava o desenvolvimento da sociedade, embora seguisse um caminho diferente do que já havia sido proposto, chegava a uma concepção organicista do Estado e, portanto, foi passível das críticas citadas.

Esses estudos, nas décadas finais do século XIX, têm como pano de fundo um período de disputas pela posse de territórios e sua dominação. Para Ratzel, a Geografia Política deveria demonstrar que o Estado só se completa com o solo, com o espaço físico que ocupa. Em “As Leis do Crescimento Espacial dos Estados”, ele afirma:

O crescimento do Estado na superfície da Terra pode se comparar ao crescimento em profundidade, que leva a um apego ao solo. É mais que uma metáfora dizer que um povo cria raízes. A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive.¹

Ratzel pertencia a uma família que apoiava a política de Bismarck de unificação da Alemanha, e lutou na guerra Franco-Prussiana defendendo essa integração. Sua contribuição, no entanto, vai muito além da participação efetiva em combates. Ele construiu uma Geografia que propunha que, se toda sociedade tem necessidade de moradia e de alimentação, torna-se necessário também um solo que a sustente, que lhe garanta acesso a esses bens imprescindíveis à sobrevivência. Para assegurar o progresso, uma sociedade teria que estabelecer um equilíbrio entre suas demandas e as potencialidades de seu território-suporte e este seria o **espaço vital**.

O expansionismo da Alemanha de Bismarck se assentava nessa busca pelo espaço vital. O Estado, segundo Ratzel, era uma criação humana que tornava imprescindível um suporte físico territorial. Sua obra foi concebida em um momento histórico de disputas territoriais (séculos XVIII e XIX), que resultaram na consolidação dos Estados Nacionais na Europa. Ratzel viveu de 1844 a 1904, período de longas contendas que, no caso específico, levaram à unificação da Alemanha.

O século XIX foi marcado por elaborações teóricas – como a **Teoria da Evolução**, proposta por Darwin na Biologia –, reflexões filosóficas e estudos sociais. A Sociologia surge na esteira das profundas modificações trazidas pela Revolução Industrial, e a Geografia acrescenta uma contribuição de síntese entre o natural e o humano.

Outra grande mudança no período foi a expansão do capitalismo, sob a liderança da Europa. O desenvolvimento do comércio e a criação de um sistema financeiro de bancos impulsionaram ducados, principados e monarcas à concorrência e à competitividade. A centralização territorial do poder político atendia às necessidades que esse processo evolutivo impunha.

A questão do poder sobre o espaço será também trabalhada pelo americano Alfred Mahan, cuja contribuição tem como eixo principal a constatação e a defesa da importância que o controle sobre as ligações marítimas poderia significar. De forma clara, o autor destacou o poder que poderia advir do controle de redes marítimas que, por razões diferentes, se revestissem de maior importância e interesse político e econômico, ou ambos.

¹ In: MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2002. p. 183.

O poder sobre o espaço foi também objeto dos estudos do inglês Halford Mackinder, que enfocou a importância do controle sobre o espaço terrestre e, em especial, a necessidade de domínio da região eurásiana, alimentada pelo quadro político da época.

No início do século XX, portanto, as contribuições de Mahan e Mackinder se complementaram ao abordar a questão do poder marítimo e do poder terrestre, e reforçaram a posição já trabalhada em Ratzel. A expansão imperialista do século XIX já se constituiria em um laboratório de teste e proliferação dessas idéias.

Paul Kennedy argumenta:

(...) no último quartel do século XX, as modificações que afetavam o sistema de grandes potências eram mais generalizadas, e em geral mais rápidas do que nunca.

Um gigante econômico pode preferir, por motivos de sua cultura política ou segurança geográfica, ser um pigmeu militar, enquanto um estado sem grandes recursos econômicos pode, mesmo assim, organizar sua sociedade de modo a constituir-se num formidável poder militar.²

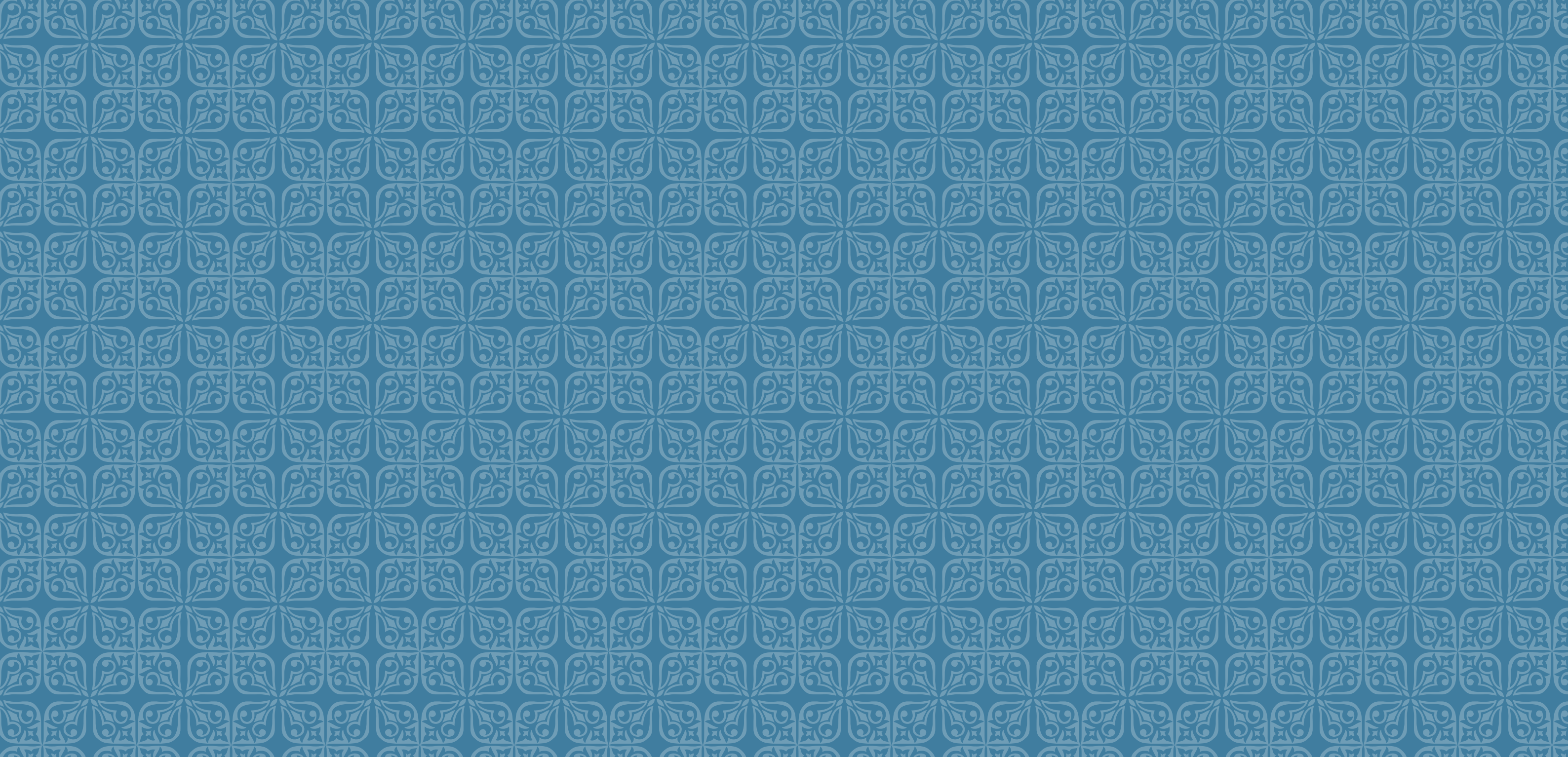
Os focos de tensão decorrentes das situações expostas e ainda resultantes das relações que vão se estabelecer entre Estados naturalmente vão enriquecer os estudos da Geografia Política à época. Nas primeiras décadas do século XX, o mundo enfrenta a I Grande Guerra e, em seguida, estudiosos da Geografia são chamados a colocar os seus conhecimentos na tarefa de restabelecer as fronteiras políticas na Europa.

Se, por um lado, a atuação dos estudiosos comprovava a importância e a pertinência da produção dos primeiros autores amplamente divulgada, por outro conectava a Geografia com o poder e a dominação ou reforçava a conexão que já se estabelecera. Assim, nos anos que antecederam o segundo grande conflito mundial, as propostas de Ratzel, Mahan e Mackinder vão subsidiar as potências envolvidas na tomada de decisões e sua sustentação. Ao final da guerra, o mundo estava profundamente mudado e o equilíbrio global de poder que se estabeleceria não guardava nenhuma semelhança com o que o havia antecedido.

Apesar desse quadro de significativas mudanças, as concepções teóricas que marcaram a Geografia Política do final do século XIX e início do século XX (ou seja, as propostas de Ratzel, Mahan e Mackinder) vão inspirar estratégias regionais, como a formação de um cordão sanitário em torno da URSS e a constituição de órgãos de defesa comum, como a OTAN e a ASEAN³.

² KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.

³ COLOCAR O SIGNIFICADO DAS SIGLAS.



CAPÍTULO 3



3. GEOPOLÍTICA E GEOGRAFIA POLÍTICA

Segundo Amorim Filho (2003), o termo **Geopolítica** foi utilizado inicialmente para se referir a um conhecimento geográfico estratégico, ou seja, a um conhecimento aplicado. Para Magnolli (1993), “a Geopolítica é o fruto da aproximação entre geógrafos e generais (...)”¹, que, em outras palavras, chamava a atenção para aplicação da Geografia pelos generais com objetivos de defesa ou de expansão e dominação.

Assim, vamos encontrar Mackinder, um almirante inglês cuja contribuição à evolução desses estudos tem como eixo principal a importância do controle sobre determinadas porções das terras continentais, denominadas **áreas-eixo**, ou, como já colocado, a importância do poder terrestre.

Mackinder, em seus estudos, levantou hipóteses a respeito das possibilidades especiais que adviriam do controle do Leste Europeu. Ele justificou a relevância da dominação como forma de facilitar uma posição de domínio no nível mundial, e destacou as partes denominadas eixos da extensa porção contínua de terras emersas, representadas pela ligação natural entre África, Ásia e Europa.

Na Alemanha nazista, a Geopolítica, colocada a serviço das intenções expansionistas, recebeu uma formalização teórica e, como já foi dito, alcançou o *status* de cátedra na universidade. É o caso de Karl Hanshofer, que ingressou no exército alemão como oficial, cursou e lecionou na Academia de Guerra e, mais tarde, tornou-se professor na Universidade de Munique. Seu interesse na aplicação estratégica do conhecimento da Geopolítica levou-o à criação do Instituto de Geopolítica de Munique. Hanshofer usou, em sua formação, a experiência adquirida no Extremo Oriente e o seu interesse pelos trabalhos de Ratzel.

No período após a I Guerra, no momento em que Hanshofer se debruçava sobre seus trabalhos, o Tratado de Versailles (que pôs fim à guerra) trouxe perdas de antigas possessões territoriais da Alemanha, obrigada a restituir a Alsácia-Lorena à França, a renunciar às suas colônias e, ainda, a ceder a margem esquerda do rio Reno, motivo de grande indignação para os alemães. Na época, foi publicado no editorial de uma revista de Geografia o seguinte: “A paz assinada não é uma paz de reconciliação”, ressaltando que o papel alemão no mundo estaria destruído e parte da riqueza nacional havia sido tomada.

¹ AMORIM, Oswaldo Bueno *et al.* *A Geopolítica e a primeira guerra - século XX*. In: BRANT, L. N. C. (Org.). **Terrorismo e Direito – Os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 1. ed., v. único, p.

Nesse contexto, qualquer ideologia que resgatasse a soberania alemã seria louvável, o que aproxima Hanshofer do partido comunista e motivou-o à criação do Instituto de Geopolítica de Munique. Este Instituto passou a incentivar pesquisas em várias partes do mundo e Hanshofer, retomando Mackinder, sugeriu que a Alemanha deveria assumir o controle da área-eixo, identificada nos estudos deste autor.

A valorização do trabalho de Ratzel e a atuação de Hanshofer tiveram como ponto importante o real tratamento do Estado como um organismo, o que justificava a necessidade de conquistar os órgãos vitais, ou seja, novos territórios.

No período que antecedeu e durante a II Grande Guerra foi comprovada a importância da utilização da Geopolítica em conflitos dessa natureza, cuja aplicação valeu à Geopolítica a denominação de **geografia do fascismo**. No entanto, no pós-guerra, passou-se a fazer uma avaliação positiva da aplicação da Geopolítica, colocando em segundo plano esta referência e promovendo sua maior utilização nos meios diplomáticos. No mundo bipolar, que se organizou após o conflito, Estados Unidos e União Soviética tornaram-se os mais importantes promotores do desenvolvimento da Geopolítica.

Nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XIX, a **Doutrina Monroe** – denominação dada à política do presidente James Monroe, criada em 1823 – já delineava a estratégia que o país pretendia adotar em relação à América Latina.

Para alguns autores, a **Doutrina Monroe** nada mais era que uma estocada na água, uma vez que a ideia de uma América para americanos não poderia, à época, ser efetivamente defendida em termos militares pelos Estados Unidos, caso houvesse alguma intervenção de potências européias. De qualquer forma, a ideia estava lançada e vai justificar – assim como o **Corolário Roosevelt**, criado pelo presidente Theodore Roosevelt no ano de 1904 – as intervenções na porção latino-americana e que irão se repetir ao longo do século XX.

Retomando mais uma vez os textos sobre as origens da Geografia Política, lembramos a contribuição de Alfred Mahan, almirante da Marinha dos Estados Unidos que, em 1886, cerca de sessenta anos após a **Doutrina Monroe**, defendeu a necessidade de se estabelecer um poder marítimo para os Estados Unidos. Ele apontou estratégia a ser adotada, como a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico (já aventando, portanto, a construção de um canal) e o desenvolvimento de uma Marinha de Guerra.

Os franceses também desenvolveram a sua Geopolítica, visando à expansão, não no espaço europeu como fizeram os alemães, mas com planos de se estabelecer na África em um sistema de colônias. A França desenvolveu uma teorização para a Geopolítica, que foi alçada no nível de cátedra universitária com o título de Geografia Colonial.

No século XX, especialmente a partir dos anos setenta, segundo Amorim Filho (2003), “a Geopolítica se impôs e até substituiu, em muitas universidades, o conceito mais aca-

dêmico de Geografia Política”². Algumas teorias incorporadas por geógrafos, nos anos oitenta e noventa, são logo assimiladas também pela Geopolítica. Amorim Filho cita três destas teorias:

- A **Teoria de Sistemas** é um referencial para a caracterização do sistema-mundo e serve como modelo para o estudo sistêmico de conflitos.
- A **Teoria do Caos Circunscrito**, desenvolvida por Olivier Dolfus (1982), coloca o caos como um não-sistema; segundo Dolfus, o caos pode preexistir ao sistema, constituindo em uma catástrofe e, assim, ser o inter-sistema, ou seja, a passagem entre dois sistemas diferentes, que se sucede em um único lugar.
- A **Teoria Centro-Periferia** enfatiza a posição de diferentes países na relação autoridade/dependência, ou seja, nas relações de dominação político-econômica e de submissão; esta teoria, de John Friedman (1974), não foi originalmente proposta para o contexto geopolítico.

Na verdade, as teorias citadas foram utilizadas pelos geopolíticos para hierarquizar países e organizações internacionais e, ainda, para explicar conflitos. Mas o fim da Guerra Fria levou a uma multiplicação dos focos de tensão e diferentes tipologias destes focos. Para contemplar a nova realidade, Amorim Filho propôs, em 2003, uma Geopolítica ampliada, que incluiria como alternativas:

- O resgate e a reflexão sobre fontes mais importantes do pensamento geopolítico, o que deixaria claro os temas mais duradouros da disciplina.
- Uma nova contextualização dos temas clássicos e permanentes, como: poder e espaço; Estados; desenvolvimento desigual; dominação e conflitos.
- O resgate de temas que já tiveram uma importância muito maior, como: religiões; minorias; nacionalidades e etnias.
- Inclusão de temas novos ou pouco explorados, como: ambiente natural e artificial do homem; competição tecnológica em diferentes escalas; busca do controle dos meios de comunicação; e exploração da *última* fronteira geopolítica constituída por valores, motivações, etc., que as diferentes coletividades humanas possuem.
- Aperfeiçoamento de métodos e técnicas de pesquisa.

A preocupação de Amorim Filho com a necessidade de se adotar uma Geografia Política ampliada é contestada em Paul Claval (1999) que, avaliando a contribuição de pesquisadores

até os anos 1970, considerou-a modesta e composta de temas recorrentes, como fronteiras, Estados, organização política e econômica. Claval afirma que, embora muitos estudiosos defendam a ideia do desaparecimento de traços da diversidade no mundo tradicional reduzindo as diferenças culturais, os problemas de identidade nas sociedades de hoje são mais envolventes. O autor afirma ainda que é necessário compreender “(...) este paradoxo (...) para vencer os desafios que nossas sociedades devem revelar, no domínio da cultura.”³.

Ainda segundo Claval, a atualidade está marcada por crises “(...) que escapam aos determinismos materiais sobre os quais se insistia há 30 anos. Estas resultam da ressurreição dos nacionalismos, da emergência de fundamentalismos e da procura, por uma grande parte da população mundial, de uma identidade que parece lhe escapar.”⁴.

É importante acrescentar que a Geopolítica não é voltada apenas para os assuntos externos da relação entre Estados-Nação e, sim, para os conflitos e tensões que podem emanar de confrontos entre o Estado e grupos excluídos – representantes de minorias étnicas e classes sociais menos privilegiadas (como já foi possível perceber ao longo desse trabalho).

Vesentini (1990) pontua alguns exemplos de aplicação da Geopolítica a problemas internos, como, por exemplo, a reurbanização de Paris à época em que Napoleão III governava (1852 a 1870). O prefeito nomeado reconstruiu o espaço da cidade para viabilizar o exercício do poder, com a abertura de amplas avenidas que facilitaria o deslocamento de tropas para a contenção das rebeliões populares. O autor acrescenta, ainda, o exemplo dos bantustões, na África do Sul. Os **Estados Negros**, criados na época do *apartheid*, visavam confinar a população negra sul-africana, que não teriam garantidos os mesmos direitos dos cidadãos brancos do país.

Para colocar um exemplo nacional, podemos citar a construção de Brasília, que teve a função de irradiar o progresso na porção ocidental do interior do País, até então um espaço praticamente despovoado.

Para Vesentini (1990), há pressupostos que podem ser considerados importantes e comuns à Geopolítica, interna e externa:

- “A necessidade de consolidar ou fortalecer o Estado, considerado como o único agente político legítimo e, conseqüentemente, eliminar todos os outros agentes que poderiam rivalizar com ele”.
- “O uso e, se possível, a reorganização do espaço geográfico (...) como elemento fundamental para as estratégias estatais, com vistas a se fortalecer tanto a nível interno quanto externo”.

2 AMORIM, Oswaldo Bueno et al. *A Geopolítica e a primeira guerra século XX*. In: BRANT, L. N. C. (Org.). **Terrorismo e Direito – Os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 1. ed., v. único, p.

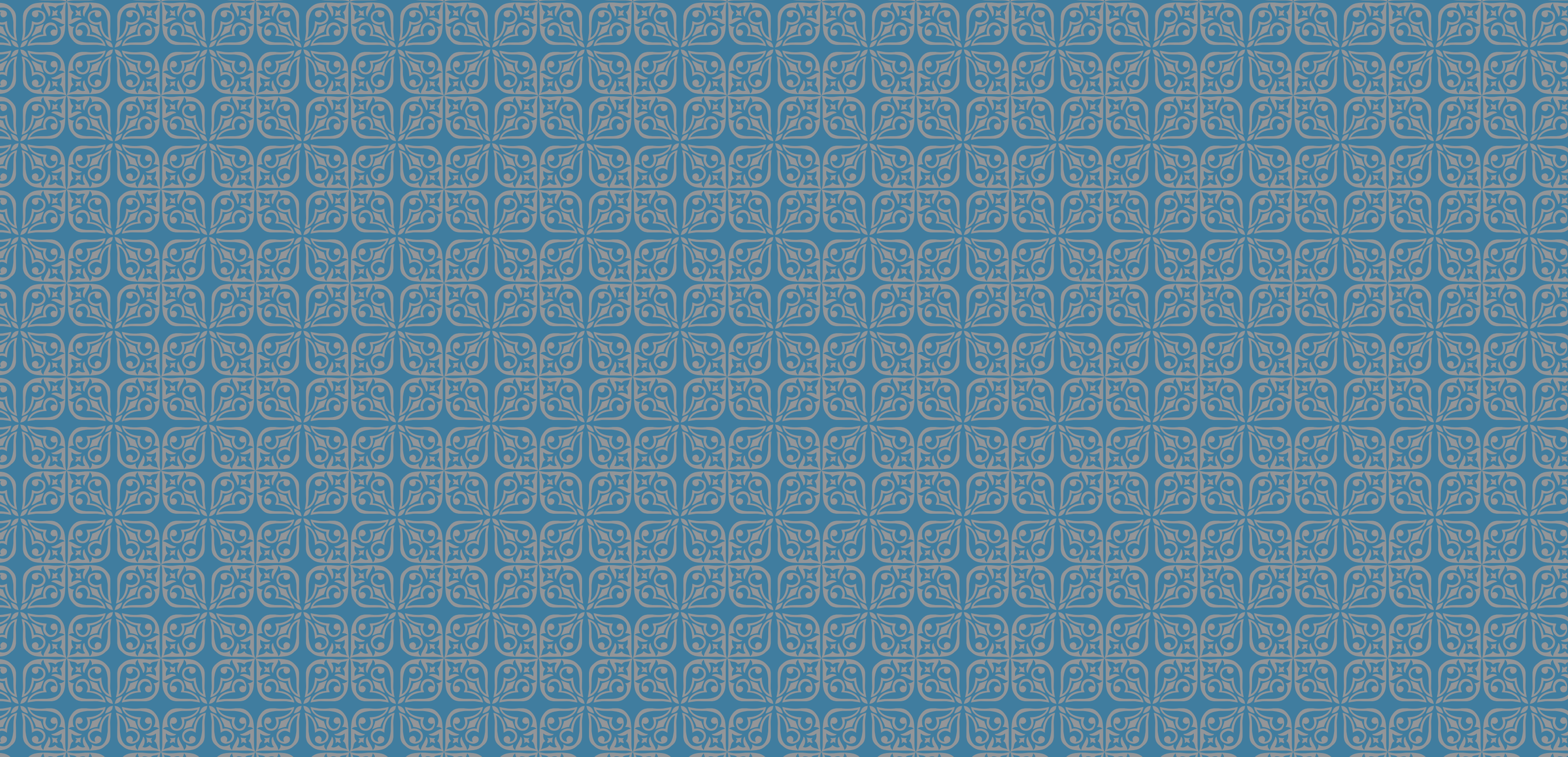
3 CLAVAL, Paulo. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 387.

4 CLAVAL, Paulo. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 387. (?)

- “O poder visto como dependente, no essencial, da força militar e suas estratégias a curto, médio e longo prazos.”⁵

A delimitação do território foi uma preocupação do Estado desde a sua formação. Para a delimitação de um limite preciso, foi necessário estabelecer uma linha imaginária, visível na superfície, constituída de objetos naturais e materiais. A divisa poderia ser indicada por marcos e balizas.

⁵ VESENTINI, José William. **Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação na escala planetária**. Campinas: Papirus, 1990. p.



CAPÍTULO 4



Os homens se organizaram, inicialmente, em clãs, tribos e impérios. Os clãs são formados por grupos de pessoas que têm uma mesma descendência, e as tribos, embora possam também ter este significado, se referem ainda a grupos étnicos com língua, costumes e tradições comuns.

O Estado considerado como uma organização social superior surgiu após 1450, no período pós-feudal na Europa. A maior parte dos historiadores e de outros estudiosos, em geral, considera o ano de 1500 como o marco de passagem para a Idade Moderna.

As transformações de ordem econômica e política, experimentadas nas décadas que antecedem o ano de 1500 e que levaram à delimitação de um novo período na evolução histórica da humanidade, estão na origem da formação dos Estados. Naturalmente, a nova forma de organização social e política não se disseminam, nesse momento, por todo o espaço já ocupado pelos grupos humanos. Os Estados coexistem com clãs e tribos, que vão gradativamente reduzindo sua participação, sem, contudo, se extinguir até os dias atuais do século XXI.

As grandes navegações e as transformações na economia favoreceram o declínio da ordem feudal. Houve uma intensificação das trocas de mercadorias, dos contatos entre idiomas, religiões e costumes distintos, o que tornou o homem mais consciente da diversidade da composição da humanidade.

A Reforma, que dividiu o Cristianismo, deixou para o governante – autoridade civil e religiosa – a escolha da língua, o que levou ao recuo do uso do latim e várias línguas vernáculas passaram a ser reconhecidas, contribuindo para o aumento da diversidade e o surgimento de muitos nacionalismos. Nesse ambiente, os Estados se organizaram, reunindo grupos sociais menores e assumindo o poder de decidir sobre os destinos da economia e da população, sobre as necessidades de defesa e, algumas vezes, de expansão territorial.

A sobrevivência da nova instituição foi ameaçada por instituições internacionais – como Papados, ordens monásticas e outras – ou, em algumas situações, por outros Estados já organizados ou em processo de organização e desejosos de expandir o seu poder.

Para a consolidação do Estado se fez necessário recrutar adultos, entre a população, para guerrear, ou seja, estabelecer um sistema de defesa (transformando grupos já existentes na organização feudal anterior em instituições nacionais) e adotar várias outras iniciativas, que resultariam em alto custo para sua manutenção. No sistema feudal, parte dos custos não se evidenciava como tal, uma vez que a organização se baseava na relação de suserania e vassalagem, gradativamente substituídas por novas relações de trabalho.

Os gastos dos Estados levaram à criação de um sistema financeiro e de cobrança de impostos, e, ainda, à criação de uma unidade monetária que iria substituir as formas de pagamento anteriormente adotadas. Sua reserva de capital foi alimentada pelo sistema mercantilista, em fase de crescimento e consolidação.

As guerras ocorridas após 1450 estavam ligadas ao nascimento do Estado-Nação. De meados do século XV até o século XVII, a maioria dos países na Europa passou pela centralização do poder na figura de um monarca ou de um príncipe, ou em torno de uma oligarquia mercantil que se fortalecia. Era necessário estimular a construção de um sentimento que envolvesse e comprometesse as pessoas na defesa do Estado nascente. O poder militar foi utilizado para garantir que as dinastias européias ficassem acima dos grandes proprietários de terra e pudessem impor a unificação e o respeito a uma autoridade única.

Considerando-se ideal que o Estado ocupasse um espaço territorial contínuo, o direito internacional reconheceu a soberania da instituição desta forma. O reconhecimento, porém, não diminuiu a necessidade de defesa que, muitas vezes, era a contrapartida da ambição de expansão do poder de outro Estado. Os limites territoriais dos Estados foram impostos a partir de geoestratégias, mas a frequência das guerras levava a enormes gastos e consequentes artifícios e medidas de busca de equilíbrio entre gastos e receitas.

Estados nascentes lançavam mão de mercenários estrangeiros para reforçar o seu poderio militar. As máquinas de guerra eram pesadas e ineficientes, e as tropas, em geral, recrutadas entre a escória da população, o que tornava mais difícil o trei-

namento e o compartilhamento dos reais objetivos das lutas. Outra dificuldade era o abastecimento e o transporte de armas e alimentos. A falta de pagamento e de comida tornava freqüentes os episódios de insubmissão dos exércitos, pouco comprometidos com as ideias que os levavam às guerras.

Nenhum Estado podia arcar com os custos dos conflitos prolongados e, mesmo aumentando as receitas (em grande parte, provenientes de tributos), havia sempre um déficit e os soberanos se viam obrigados a recorrer e se comprometer com banqueiros. As dificuldades em honrar os empréstimos levaram os Estados à desvalorização da moeda e à adoção de outras estratégias, tais como pressionar a Igreja por benevolências por parte dos detentores das grandes fortunas e a atos de pirataria, aprisionando vários estrangeiros.

Por outro lado, a criação das marinhas nacionais, a melhoria do sistema de transporte terrestre e a modernização dos aparatos de defesa levaram à formação de um sentimento de orgulho, de pertencimento e de nacionalismo, que, em parte, viabilizou o envolvimento nas guerras e serviu de alicerce às ligações que se estabeleceriam entre povo e Estado. Os símbolos criados ajudaram a fortalecer este sentimento, tais como bandeiras, hinos, selos, feriados nacionais, etc.. Os Estados passaram também a adotar um idioma oficial e um sistema de educação e de comunicações que fortaleceram a identidade e ideologia do nacionalismo, tão necessária à preservação da nova organização social.

No entanto, a centralização do poder político não se deu de forma consensual, sendo necessário marginalizar alguns grupos sociais e contrariar interesses. Segundo

Thomas Hobbes, citado por Weffort (2002), o Estado moderno como organização social adotou duas realidades: as leis civis que se constituíam em um fato novo, e um soberano que repetia a figura do senhor feudal. Duas realidades imprescindíveis aos Estados que se formaram a partir da unificação da Europa.

Ainda segundo Hobbes, o soberano não se submetia às leis, mas, ao contrário, as leis eram submetidas à sua vontade. O Estado se constituiu como um aparelho repressor, voltado à coerção dos indivíduos, que, por sua vez, precisavam deste Estado coercitivo para não se destruírem na tentativa de conseguir atingir seus objetivos egoístas.

O Estado medieval era um Estado patrimonial, onde o senhor era dono do território e de tudo que se encontrasse nele, inclusive os homens. Alguns historiadores estabelecem como fim da Idade Média não o ano de 1500, mas a queda de Constantinopla, que se deu em 1453. Deste ano até a Revolução Francesa, em 1789, transcorreu a Idade Moderna.

Foi na época moderna que ocorreu o fim do direito divino, que estabelecia classes sociais com base no nascimento do indivíduo: privilégios para os nobres e muitos deveres com poucos direitos para quem nascia fora da aristocracia. O direito divino foi substituído pelo direito natural que determinou direitos iguais perante a lei para todos os homens, assim como o direito à propriedade individual, mudanças garantiram a possibilidade de mobilidade social. O Estado moderno, que surgiu nesse período, definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político.

A maioria dos Estados-Nação se constituiu inicialmente desconsiderando grupos históricos e culturais e elegendo uma identidade atendendo apenas aos interesses de uma elite. Mas a partir do final do século XVIII, as sociedades, que viviam em um território controlado por um Estado, foram constituindo as Nações pela história compartilhada, por interesses comuns e por vínculos socioculturais.

Língua e solo foram assimilados pelo Estado-Nação e passaram a ser o patrimônio da nacionalidade. O território tornou-se o refúgio dos valores simbólicos do Estado Moderno e o marco do seu nascimento foi a centralidade territorial e institucional do poder político. O território, de espaço da dominação, tornou-se espaço político e de poder moral, onde há a prerrogativa da sociedade definir normas e leis.

O fato de fazer parte da Nação não eliminava as diferenças em seu interior, levando identidades ou grupos excluídos ou subjugados a se organizarem e tentarem estabelecer uma nova posição em relação a outros grupos ou classes.

Os Estados são, muitas vezes, governados de acordo com os interesses de uma minoria. As alianças que se estabelecem entre classes, grupos e identidades sociais, que constituem uma sociedade, não obedecem a um padrão único em todo o território, havendo diferenças de uma região para outra e entre as comunidades. Há elites locais e regionais, que exercem o poder e defendem seus interesses neste nível, mas que se submetem a uma dominação de outras elites e outros interesses no nível nacional.

Em comunidades etnicamente divididas, os excluídos transformam sua diferença em um elemento de organização e de orgulho, passando a recorrer ao Estado Nacional – e não ao poder local – para assegurarem os seus direitos, o que tem inspirado, em muitos casos, a adoção de ações afirmativas. O Estado Moderno, por outro lado, tem enfrentado situações de crise em relação à maioria. Neste caso, a estratégia adotada com maior frequência é a de transferir recursos para governos locais e regionais, o que reduz o seu poder de atender às minorias discriminadas.

O território do Estado Moderno foi se transformando em espaço político. O Estado, como forma de poder político territorialmente centralizado, exercia o controle sobre o território, o que se deu através da imposição de leis e do comando de uma administração pública. A criação de uma moeda e a adoção de uma língua oficial foram estratégias adotadas para uniformizar as instituições sociais, favorecendo a consolidação fortalecimento do Estado-Nação.

Na segunda metade do século XX, com a disseminação de regimes democráticos, que permitiam a eclosão de movimentos sociais, as populações passaram a pressionar o Estado, que teve assim aumentadas suas atribuições. A criação do Estado do Bem-estar Social ampliou mais estas atribuições, que, no caso de países industrializados, pode ser considerado como sua principal forma de sustentação.

O aprofundamento do processo de globalização fez com que as grandes empresas, atuando em vários países, arcassem com volumosos custos relativos a benefícios sociais. As tecnologias de informação permitem hoje às empresas não só estabelecer-se em vários locais como também desenvolver etapas do processo produtivo industrial em diferentes países, mantendo-se integradas a redes.

Em um período relativamente recente, os trabalhadores de economias mais desenvolvidas passaram a ser considerados mais interessantes, para algumas empresas, pelas diferenças de qualidade e produtividade em relação aos trabalhadores de países mais pobres, onde se poderiam pagar salários mais baixos. A prática do protecionismo passou também a contribuir para eliminar as vantagens comparativas dos produtos importados. A atuação da Organização Mundial do Comércio – o OMC –, a despeito das falhas que ainda se verificam e da redução das diferenças da produtividade do trabalhador, tem minimizado a influência destes fatores.

A redução das diferenças e ainda o cerceamento de práticas protecionistas, atribuídas, mesmo que parcialmente, à atuação da OMC, tiveram um impacto negativo sobre os maiores Estados do Bem-estar Social. Paulatinamente, o Estado-Nação perde o poder de planejar sua economia e de definir seu orçamento e, conseqüentemente, parte de seu poder econômico.



CAPÍTULO 5

5. COMPONENTES DOS TERRITÓRIOS DOS ESTADOS

Castro (2005), referindo-se aos estudos de Geografia Política anteriores aos anos setenta, afirma que era comum se considerar como elementos dos territórios dos Estados as fronteiras, o tamanho, a forma e a localização, conjunto estes frequentemente resultantes de disputas históricas.

Território e espaço não se referem a uma coisa única, e não há também uma única noção para território. Segundo Cássio Hissa, utiliza-se frequentemente os termos espaço e território para designar, de forma equivocada, o chão ou o terreno, e afirma:

*Mas não são coisas equivalentes. Uma transição ou uma fronteira espraia-se entre os dois conceitos. O território é subsequente ao espaço e se estabelece a partir dele.*¹

Em Haesbaert (2007), considera-se a existência de três vertentes de noção de território: a política, a político-jurídica e a cultural-econômica. A política refere-se às relações entre poder e espaço, e a político-jurídica às relações institucionalizadas que se dão entre espaço e poder.

Milton Santos (1993) considera que o Estado Moderno deu fundamentos à construção de uma noção jurídica e política de território. Para esse autor, “o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava”.²

O poder que se exerce em um território nem sempre é relacionado ao Estado, embora isso seja o que acontece na maioria das situações. Raffestin (1993) reforça essa ideia: “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (...) em qualquer nível.”³

O termo fronteira pode ter significados diferentes: de limite, de cerceamento ao livre deslocamento de pessoas e mercadorias, ou de proteção de um território onde uma sociedade, sujeita às mesmas leis e regras, se considera, até certo ponto, a salvo de in-

vasões, intervenções e imposição de hábitos e costumes de estranhos à sua identidade e prática religiosa.

Fronteira pode ter ainda uma bagagem histórica de conflitos e guerras, que se travaram ao longo de séculos, para estabelecer a posse de um território ou representar a realização de um sonho de liberdade. Por exemplo, no pós-Guerra Fria se assistiu, em decorrência de movimentos nacionalistas, a busca pela autonomia de parte dos territórios que grupos humanos ocupavam, compulsoriamente, desde o final da II Guerra Mundial. Nestes casos, as novas fronteiras estabelecidas logo após a guerra representaram a possibilidade de grupos, alguns deles minorias étnicas, resgatarem a liberdade que lhes fora suprimida nas regiões vividas.

Nas sociedades primitivas (assim consideradas aquelas em que não se formou um Estado, nem se desenvolveu uma linguagem escrita), a terra era uma propriedade comunal. A coleta constituía, para estes grupos, uma atividade importante, o que fazia do nomadismo uma necessidade. A fronteira, neste caso, era flexível, uma vez que a propriedade se afirmava pelo uso comunal da terra e o grupo se deslocava com frequência. As fronteiras não eram, então, delimitadas por linhas e, sim, por zonas. Nas zonas não ocupadas admitia-se mistério religioso e/ou mágico, o que alimentava um sentimento de medo e respeito entre as pessoas.

A sedentarização das comunidades primitivas começou a ser viabilizada pelos progressos na agricultura, ainda no período Neolítico, e se deu, paulatinamente e de forma diferenciada, nas porções continentais. Esta sedentarização impôs um conjunto de mudanças nos grupos humanos, de naturezas diferentes, como a divisão de tarefas e a hierarquização das sociedades.

A nova organização possibilitou uma produção excedente e o provisionamento de alimentos, o que vai contribuir para estimular a ação de grupos invasores, levando a separação dos indivíduos das sociedades primitivas entre os que se ocupavam do trabalho de segurança ou vigilância, e aqueles que se dedicavam à produção.

Durante o longo período que ocorrem esses acontecimentos – da revolução do Neolítico e o início da sedentarização dos grupos humanos –, houve o aumento da produtividade da agricultura, a hierarquização das sociedades e o estabelecimento da propriedade privada da terra vão. Mas as fronteiras se tornaram efêmeras no reconhecimento de sua legitimidade, em decorrência da frequência das invasões, ao ponto de se considerá-las inevitáveis.

1 HISSA, Cássio & Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 37.

2 SANTOS, Milton (Org.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993. p.

3 RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p.143.

A fragilidade dessa concepção – a terra como propriedade e a fronteira para identificação do espaço da propriedade – criou a necessidade de se fazer da fronteira um obstáculo físico, que dificultasse ou impedisse a entrada do invasor.

A partir dessa lógica que a China construiu a Grande Muralha em barro, que, por volta de 1400, foi substituída por uma construção em alvenaria. Na verdade, não havia consenso quanto ao poder centralizado entre os grupos humanos protegidos pela muralha, que se dividiram em províncias com autoridades locais. Mas é inegável que a fronteira física, artificialmente estabelecida, promoveu a unificação das populações das províncias, antes envolvidas em disputas.

Roma, como império expansionista, colocava sempre suas campanhas, que visavam a sua expansão territorial, sob a proteção do deus Término. Mas a verdadeira proteção do império – construído pela dominação de novos territórios e pela submissão dos povos que originalmente os ocupavam – era feita por fronteiras físicas e materiais, com fossos e torres, além de pelas cerimônias religiosas que homenageavam o deus protetor.

A organização de um modo de produção mercantil exigiu a criação de uma estrutura respaldada em instituições, passando a ser a propriedade da terra o suporte físico para este arcabouço.

Pelo conjunto dessas razões, as fronteiras vão se tornando mais duráveis, definidas, respeitadas e rígidas, tornando-se estratégia para o estabelecimento do poder institucionalizado do Estado.

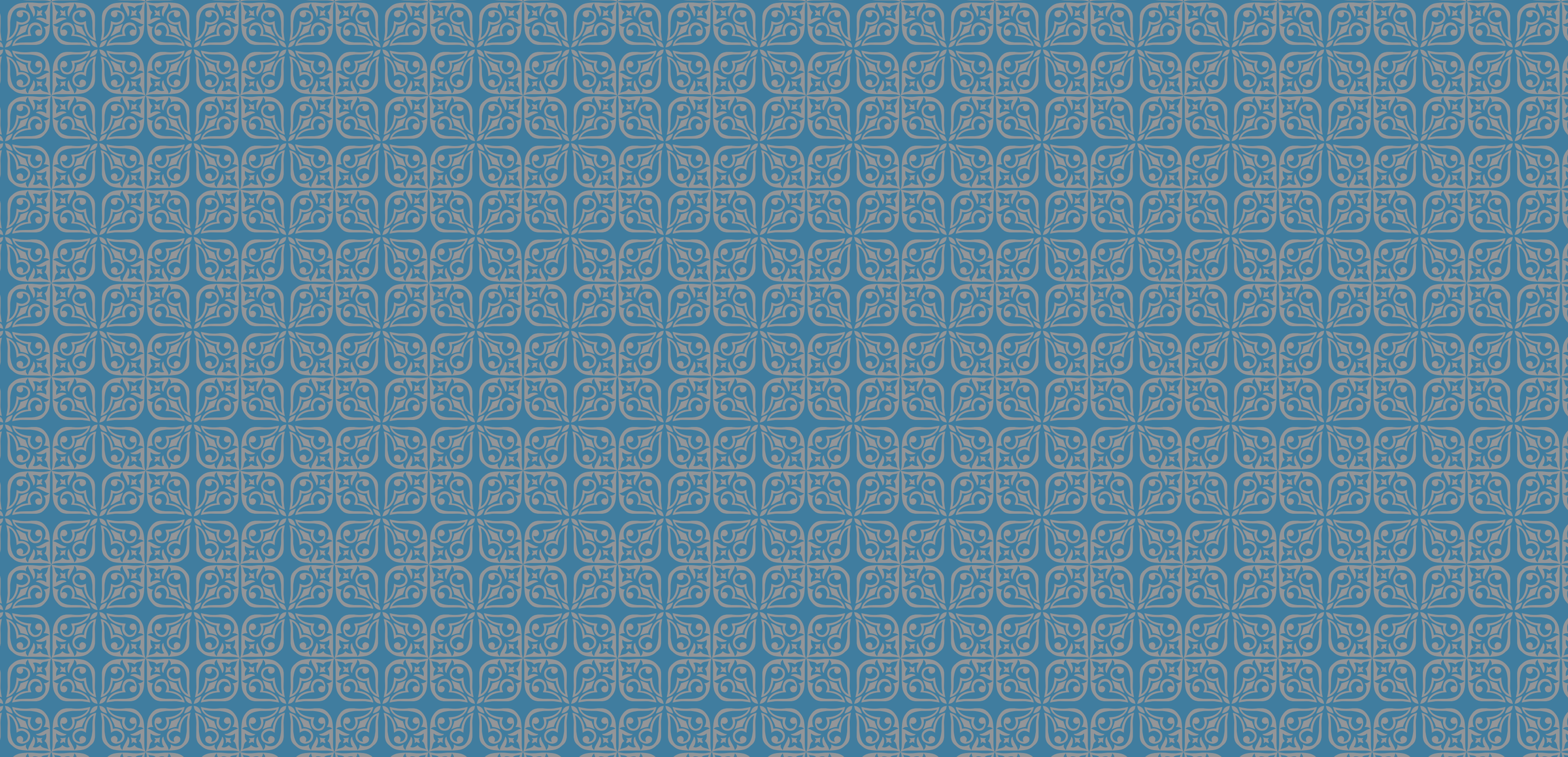
No Renascimento, as viagens de descobrimento possibilitaram o desenvolvimento das cartas geográficas, que representavam os espaços e as faixas de fronteiras. As fronteiras foram substituídas por linhas – fronteira linear –, atendendo as necessidades e desejos políticos de precisão na sua definição.

Alguns Estados, no início de sua formação, defenderam a ideia da fronteira natural, representada por rios e montanhas, por exemplo. Esta não era uma ideia universalmente aceita e, apesar de ser defendida por um Estado, nem sempre a considerava adaptada ou conveniente a uma determinada situação ou pretensões. A França, por exemplo, em princípio contrária ao estabelecimento de fronteiras naturais, procurou, em seu próprio interesse, estender seu território até os Alpes, os Pirineus e o rio Reno.

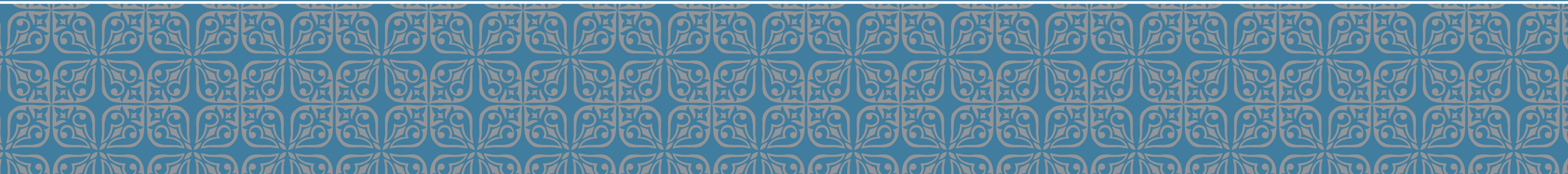
Raffestin considera absurda a denominação fronteiras naturais. Fronteiras, segundo o autor, são impostas como instrumento de denominação. Para ele, “(...) o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens construíram para si.”⁴

A Alemanha adotou a ideia da fronteira natural, mas, ao mesmo tempo, a de um Estado em expansão, onde as fronteiras não deveriam ser estabelecidas em caráter definitivo. Jacques Ancel, estudioso francês inspirado nos ideais da Revolução Francesa, defendia a inviolabilidade das fronteiras, o que se contrapunha, portanto, à posição alemã de que as fronteiras deveriam seguir o movimento de expansão de um Estado.

4 RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p.194.



CAPÍTULO 6



6. FRONTEIRA E LIMITE

Como os Estados Modernos vão desejar limites precisos, as faixas de fronteira passaram a ter um significado especial: são faixas de largura variável, em que os habitantes de Estados vizinhos podem circular livremente e desenvolver um intenso sistema de trocas. Para atender à necessidade de um limite preciso, foi necessário estabelecer uma linha imaginária, visível na superfície e constituída de objetos naturais e materiais, cujas divisas poderiam ser indicadas por marcos e balizas.

Tornou-se também necessário que cada Estado começasse a construir uma identidade, marcando de forma clara as suas diferenças em relação a outros Estados, como Hissa propõe: “O limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode parecer ligado.”¹

A delimitação do território foi outra preocupação dos Estados em formação. Geógrafos, cientistas políticos e economistas foram chamados a aplicar seus conhecimentos e garantir vantagens ao Estado que os acolhia nesta tarefa. Ainda segundo Hissa, “fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios de demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar a precisão: a precisão que pede o poder.”²

Hissa considera que “fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes”³. O limite, segundo o autor, parece ser uma linha abstrata fina, incorporada pela fronteira, e a fronteira um espaço areal por onde passa o limite. O limite traz a ideia de distanciamento e separação, e a fronteira, a ideia de contato e integração. Nos dois casos – do limite ou da fronteira – o que se tem é uma “manifestação de exercício do poder”, nas palavras de Hissa. Já na periferia dos núcleos de poder, a demarcação da fronteira se dá de forma imprecisa.

O Império Romano já se valia da descentralização, com unidades administrativas e autoridades locais, pelas quais o poder central se fazia representar. Hoje, no século XXI, os Estados também utilizam a descentralização com a mesma finalidade. Foucault (citado por Hissa) diz que “o poder não é mantido pela sustentação da fronteira”, pois, segundo ele, “território e propriedade não são fundamentais, são apenas variáveis, governam-se coisas”.⁴

As fronteiras já foram objeto de classificações elaboradas a partir da abordagem dos diferentes aspectos que as cercam, a saber:

1 HISSA, Cássio & Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.19.

2 Id, ibid, p.35.

3 Id, ibid, p.34.

4 Id, ibid, p.40.

- **Fronteiras artificiais e fronteiras naturais;**
- **Fronteiras esboçadas, mortas e vivas**⁵;
- **Fronteiras materiais e simbólicas**,⁶.

Para Milton Santos (1996), “as fronteiras não são algo acabado, mas são momentos de um processo”⁷. As fronteiras exercem funções diferentes: delimitar uma área submetida ao mesmo conjunto de instituições; inspecionar a circulação de pessoas, de mercadorias e, de forma pretensiosa, de informações; e controlar a entrada de produtos, o que pode ou não, em diferentes medidas, refletir um protecionismo.

Alguns estudiosos consideram que a globalização mundial vem favorecendo o enfraquecimento das fronteiras ou o próprio sentido da existência delas. As razões que podem alimentar este tipo de pensamento com certeza provem dos fatores recentes da história, como o estabelecimento de novas antigas fronteiras. Serve de exemplo o caso da Europa Oriental, na região dos Bálcãs, assim explicado por Hissa:

*A mutação da própria natureza dos limites e das fronteiras é uma resposta às transformações políticas, econômicas, culturais. Quase todas as mudanças estão mais ou menos integradas aos processos de modernização que, progressivamente, estabelecem cenários para as críticas dos próprios limites e para a inserção de ambientes, integrados.*⁸

Percebe-se, assim, nas palavras de Virilo, a mutabilidade histórica da noção de limite:

*(...) desde o cercado original, a noção de limite sofreu mutações que dizem respeito tanto à fachada quanto ao aspecto de confrontação. Da paliçada à tela, passando pelas muralhas da fortaleza, a superfície limite não parou de sofrer transformações, perceptíveis ou não, das quais a última é provavelmente a da interface. (...) a interface não busca a precisão, mas o vago.*⁹

O Dicionário Aurélio (2008) cita, como um dos significados de interface, a superfície que separa duas fases de um sistema.

O Estado Territorial passou por uma transnacionalização do território. Santos alerta para a inexistência de um território totalmente transnacionalizado. A globalização da economia transformou o território em suporte de redes, reforçando a ideia de que as mudanças da natureza dos limites e das fronteiras se dão em resposta às transformações políticas, econômicas e culturais.

5 Segundo Camilo Vallaux, que, no início do século XIX, considerava esboçadas as fronteiras coloniais; mortas as já aceitas; e integradas e vivas, as de relação de tensão.

6 São fronteiras segregadoras de indivíduos por razões diversas (étnicas, religiosas, econômicas).

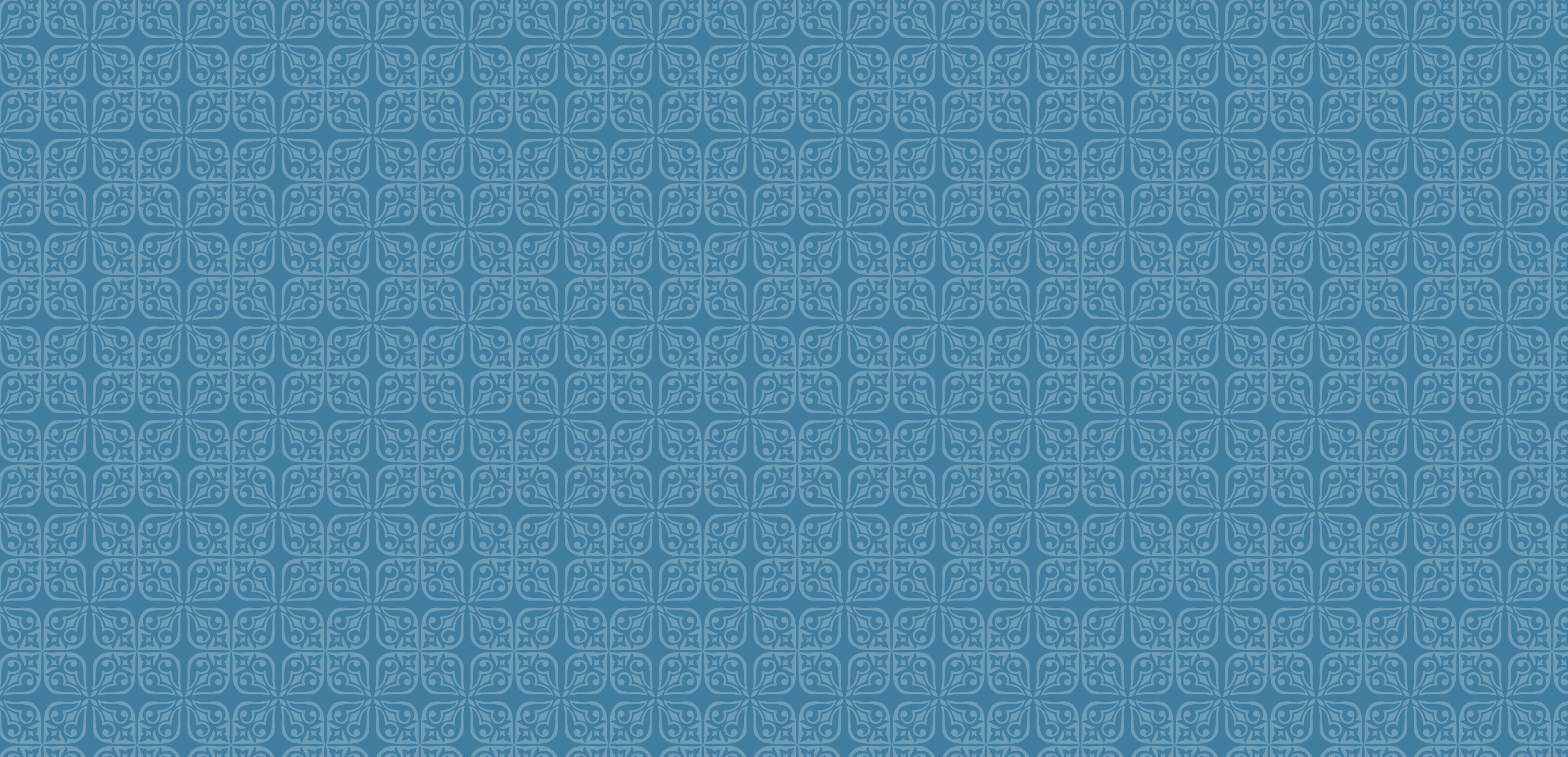
7 SANTOS, Milton (Org.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993. p.

8 HISSA, Cássio & Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.37.

9 Paul Virilo. In: HISSA, Cássio & Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.37.

Alguns estudiosos lembram a necessidade de isolamento e a persistência do culto à individualidade, ou seja, a fronteira como desejo dos grupos humanos que se contrapõe aos interesses de grupos econômicos dispostos a enfraquecê-las.

Ainda durante o período da Guerra Fria, na segunda metade do século XX, as escaramuças entre soviéticos e chineses e a intervenção vietnamita no Camboja reacenderam a lembrança da luta de trincheiras da I Guerra. Novamente, aventava-se a hipótese de se promover ajustes fronteiriços, pois persistiam os conflitos pela delimitação de territórios e a demarcação pelo critério das fronteiras vivas, segundo a classificação de Vallaux, no século XIX.



CAPÍTULO 7



Parte dos historiadores e estudiosos aceita o ano de 1500 como o início da Idade Moderna. Nesse marco da evolução histórica da humanidade, algumas civilizações desenvolvidas fora da Europa eram, em vários aspectos, notáveis. Se, em 1500, fossem feitas projeções a respeito de uma liderança econômica e cultural para o mundo, o Império Chinês e o Império Otomano deveriam estar entre os prováveis líderes.

No caso da China, a associação de alguns fatores favoráveis fez com que os chineses se considerassem uma civilização superior. O elevado contingente populacional era visto como uma vantagem, pois possibilitava a constituição de um exército numeroso, o que à época era tido como uma grande demonstração de poder.

As fundições de ferro na China, já muito desenvolvidas, trabalhavam arduamente para armar seu exército e atender às solicitações do Império, privilégio restrito do governo central. Essa atividade gerava ainda trabalho para a população e grande deslocamento espacial de mercadorias. As planícies férteis eram intensamente aproveitadas pela agricultura, garantindo à época a segurança alimentar que possibilitava, neste aspecto, uma relativa tranquilidade nas relações entre poder e povo.

A população, composta por grupos étnicos diversos e interesses individuais variados, tinha se unificado em torno do governo imperial central, formado por uma sociedade hierarquizada e administrada por uma burocracia bem educada. Assim, comparada às demais civilizações da época, a China apresentava maior desenvolvimento tecnológico e urbano.

Ainda no Império Chinês, existia uma exploração significativa do comércio além-mar e do transporte aquaviário, muito desenvolvido nos trechos fluviais navegáveis, o que fazia da construção naval uma atividade importante. Nas primeiras décadas do século XV, a China contava com 1.350 navios e há relatos de expedições com embarcações de grande tonelagem, ao longo do litoral oriental africano. Nesse momento, não se registraram, no entanto, episódios de abordagens violentas nas viagens, como os que irão ocorrer mais tarde, quando se manifestou o interesse europeu pela África.

O interesse da China pela marinha foi deixado em segundo plano já na primeira metade do século XV, quando, em razão das invasões mongóis nas fronteiras setentrionais do império, os esforços de defesa se concentraram para o enfrentamento terrestre. Proibiu-se, inclusive, a construção de navios para alto-mar e limitou-se a altura do mastro das embarcações. Estas iniciativas, acertadas em um momento de invasões estrangeiras por terra, não foram posteriormente revistas e, bem mais tarde, a China passou a sofrer ataques em seu litoral, com reduzidas possibilidades de se defender.

A burocracia confucioniana, nesse momento com importante papel na administração imperial, mostrou-se conservadora, empenhada em resgatar valores e procedimentos anteriores à invasão dos mongóis. Ao longo da invasão, algumas mudanças haviam sido impostas e, para eliminar tal influência, não se considerou que parte delas poderia vir a ser um ganho para a sociedade chinesa.

Para atender ao código confucioniano, o exército deveria ser uma instituição altamente capacitada para defender o território, e iniciar uma guerra ou a guerra em si era alguma coisa considerada deplorável, o que redimensionou internamente, inclusive, a produção de armas.

Os mandarins passaram a ver com maus olhos o capital privado acumulado por comerciantes e suas atividades comerciais foram restringidas por imposições e perseguições. Este conjunto de atitudes do governo imperial desestimular o comércio, o empreendedorismo e o próprio desenvolvimento econômico da China.

O Império Chinês perdeu o impulso de prosperidade que experimentara quatro séculos antes e, conseqüentemente, reduziu suas possibilidades de uma liderança na era moderna.

Por sua vez, o Império Otomano, já à época detentor de um forte poderio naval e situando-se mais próximo da Europa e da Cristandade, constituía uma ameaça muito maior à porção ocidental do continente. No século XVI, quando a China perdera parte de seu poderio, os Estados muçulmanos estavam em rápida expansão, contando com um exército numeroso, bem equipado e com melhor capacidade de impor situação de sítio ao adversário.

Sua economia era de mercado (embora não se usasse ainda a teoria e o termo consagrados posteriormente): contava com uma rede bancária e a produção do artesanato era amplamente estimulada. Suas cidades maiores do que as europeias constituíram em espaço para comerciantes e mercados de manufaturas.

Os otomanos estabeleceram uma unidade religiosa, uma língua oficial e uma mesma cultura sobre uma imensa extensão territorial e um sem número de povos subjugados. Bem antes de da Idade Moderna, o Império Otomano já era muito superior à Europa, tanto do ponto de vista tecnológico quanto cultural: um mundo urbanizado, com universidades e algumas ciências bastante desenvolvidas, tais como a matemática, a cartografia e a medicina.

Gregos, judeus e integrantes de outros povos, que demonstrassem algum talento que pudesse ser colocado a serviço dos otomanos, eram bem aceitos, o que fez com que o império contasse, assim, com uma população diversificada e numerosa, sob o controle de uma burocracia forte.

A manutenção do vasto império, a despeito da prosperidade e dos avanços na ciência e na produção manufatureira, passou a trazer sérias dificuldades para a sua defesa, tornando-se imprescindível manter um exército numeroso, ao longo da extensa fronteira com a Europa, e contar com uma marinha de guerra permanente no mar Mediterrâneo.

O despotismo e a centralização do poder – marca também da China –representaram um preço elevado ao Império Otomano. Decisões individuais podiam paralisar todo o império e provocar prejuízos de grande monta; se externamente havia ameaças contínuas à sua continuidade territorial, graves problemas internos ameaçavam a sua unidade.

Anteriormente, se o que permitira manter a máquina imperial otomana funcionando havia sido a continuidade do avanço territorial, através das invasões e dos saques impostos aos vencidos, isso não vai mais acontecer após 1550. O que não vai mais ser pilhado fora do território, será substituído pelos impostos e taxas extras cobrados aos comerciantes e empresários, tão necessários para aumentar a receita de manutenção do império. Contrariava-se, assim, o conjunto de ideias que havia estabelecido uma economia de mercado ou uma forma precursora desta.

Ainda internamente, ocorreu uma cisão religiosa com sérias consequências para o império. A facção xiita no Islamismo se constituiu em um forte desafio à facção sunita. Mais radicais, os xiitas defendiam atitudes mais duras do governo central em relação, por exemplo, à liberdade de pensamento, inclusive a proibição da impressão de textos.

As guildas procuravam proibir a expansão do pensamento capitalista e as críticas aos comerciantes vão desestimular esta atividade. O império se fechou e as forças armadas passaram a ser um instrumento do conservantismo e de coerção da população. Assim, mais um império que poderia

ser visto como provável líder no mundo moderno se enfraqueceu.

Em comum, o Império Chinês e o Império Otomano possuíram uma notável força militar, uma economia em expansão, um vasto território e uma população numerosa. Também adotaram um forte poder centralizado e, por razões diferentes, uma intolerância em relação ao comércio e aos comerciantes.

A Europa, nesse momento, estava politicamente fragmentada e o Império Romano, destruído, deixara como marcas a língua e a religião, mas uma base territorial pequena. A fragmentação política europeia foi favorecida pela geografia do território, compartimentado pelo relevo caracterizado por muitas penínsulas e recortes.

Já a porção da Eurásia, cortada por rios e cercada por mares, era por si só um estímulo à construção naval, caracterizada à época por barcos que deveriam ser resistentes para enfrentar a navegação no mar do Norte, o que os qualificava para enfrentar mar aberto e mar grosso.

Ainda no início da Idade Moderna, os senhores feudais viam as cidades como centros de dissidência, que abrigavam servos fugidos dos feudos rurais. Por isto, frequentemente atacavam os comerciantes, mas já sem autoridade constituída para deter a expansão da atividade comercial.

Nas unidades políticas que se configuravam (reinos, ducados, principados, etc.), os líderes políticos perceberam de forma diferente o fortalecimento do comércio e, gradativamente, se mostraram dispostos a aceitar os mercadores e as feiras, se dando conta das vantagens que o comércio poderia lhes trazer.

Havia ainda algumas unidades políticas europeias que proibiam a prática do comércio, justificando-se pelo respeito à Igreja e aos documentos papais que atacavam a usura. Mas começaram a perceber que àquelas, que permitiam o livre comércio, ganharam com esta atividade e começaram a prosperar mais rapidamente.

O crescimento europeu descentralizado e desigual, com príncipes e senhores locais que acolheram os mercadores e outros que os expulsaram, deixou marcas: mercadores e artesãos expulsos levavam consigo o conhecimento; líderes que tributaram com maior rigor os mercadores viam suas terras ficarem fora das rotas comerciais; e príncipes ou nobres que não honraram suas dívidas não conseguiam empréstimos em situação de eminência de uma guerra.

Entre as unidades políticas havia uma tentativa de equilíbrio para a preservação das respectivas autonomias. Assim, se o vizinho de uma unidade política estabelecia uma força militar para garantir a autonomia, seu líder fazia o mesmo; ou se um armeiro produzia uma nova arma, ela era encomendada por vários líderes. Essa corrida armamentista não só assegurou a pluralidade política dentro da Europa, como também a qualificou para buscar o domínio dos mares.

O aperfeiçoamento dos armamentos nos navios (tradicionalmente embarcações robustas, adequadas à navegação no mar do Norte) deu à Europa vantagens em combates e na subordinação de outros povos e o progresso dos navios à vela armados sustentou o avanço dos europeus sobre boa parte do mundo.

O desenvolvimento da navegação, imprescindível a essa empreitada, estava interligado à evolução do conhecimento da cartografia, ao desenvolvimento de instrumentos de navegação e à construção de embarcações cada vez mais seguras, o que permitiram aos europeus se aventurarem por mares mais longínquos.

A concorrência e a competição entre os múltiplos Estados da Europa davam ao processo uma dinâmica que foi transformando essa porção territorial pouco desenvolvida (se comparada à China ou ao Império Otomano, no início da Idade Moderna) em um potencial aspirante à liderança política, econômica e cultural do mundo até então conhecido.

As viagens de ultramar, a ocupação de novas terras e a submissão dos povos que as ocupavam, provocou impacto sobre a vida, a economia e a ciência na Europa. As novas espécies agrícolas introduzidas, além de promoverem o enriquecimento da dieta da população, aplacaram a fome em algumas regiões e subsidiaram o desenvolvimento da botânica. A pesca, nas águas geladas do extremo ocidental do oceano Atlântico, permitiu fartura e maior segurança alimentar. E o ouro e a prata retirados das Américas Central e do Sul injetaram dinamismo na economia.

A Europa gradativamente ia adquirindo condições de abrigar um contingente populacional mais numeroso. Sua ascensão não teve uma trajetória franqueada como se os

antigos impérios que ocupavam uma posição importante desde a Idade Média tivessem se desintegrado. A China e o Japão mantiveram-se deliberadamente à margem do comércio que fomentava o desenvolvimento europeu, mas o Império Otomano mantinha seu intuito expansionista e ameaçava efetivamente a Europa. A ocupação da Hungria, no século XVI, mostrou não só o poder ofensivo dos otomanos, como também a disposição política de interferir na construção do mapa que se desenhava.

Embora os benefícios das expedições, das descobertas e do comércio se espalhassem pela Europa, mantinham-se as rivalidades e as concorrências continentais, o que trazia ganhos para o poderio militar do conjunto. A decisão do papa em dividir o mundo entre portugueses e espanhóis era um dos motivos das disputas e o movimento da Reforma somou razões para a ocorrência de conflitos:

*A Cristandade europeia começou a emergir como uma civilização distinta nos séculos VIII e IX. Entretanto, por várias centenas de anos, ela ficou atrás de muitas outras civilizações, no que se refere a seu nível de civilização.*¹

Do século XI até o século XIII, a cultura européia incorporou elementos da cultura material e imaterial do Islã e de Bizâncio. No século XVI, com a expansão marítima, a Europa começou a colocar sob seu domínio o litoral da África, as Américas e, posteriormente, parte da Ásia. O domínio colonial europeu se deu até o final do século XVII e na América Espanhola até as primeiras décadas do século XIX. Durante esse longo período, civilizações foram eliminadas ou subjugadas pela influência ocidental.

Huntington afirma que:

*O termo Ocidente (...) é usado universalmente para se referir ao que se costumava chamar de Cristandade Ocidental. O Ocidente é assim a única civilização identificada por uma direção da bússola e não pelo nome de um povo, religião ou área geográfica em particular. Essa identificação é relativa à civilização, ao seu contexto histórico, geográfico e cultural. Historicamente, a civilização ocidental é a civilização européia. Na era moderna, a civilização ocidental é a civilização euro-americana.*²

A submissão de outras civilizações à influência ocidental se deu pela força. Estas civilizações tiveram interferência na organização de suas sociedades, nas classes sociais, na supervalorização do comércio, na valorização do papel das cidades e na construção de uma consciência nacional. O eixo tecnológico que serviu de suporte à expansão marítima, comercial e econômica foi usado para construir uma imagem de superioridade e a ocidentalização foi ganhando significado de modernização.

Geoffrey Parker, citado por Huntington, assinalou:

*Numa larga medida, a ascensão do Ocidente dependeu do uso da força, do fato de que, o equilíbrio militar entre europeus e seus adversários no ultramar, estava se inclinando de forma constante em favor dos europeus. (...) A chave para o êxito dos ocidentais para criarem, entre 1500 e 1750, os primeiros impérios verdadeiramente globais dependeu precisamente daqueles avanços na capacidade de empreender a guerra (...).*³

A guerra persistia também entre os Estados no continente europeu. As motivações estavam no desejo conflitante de expansão sobre territórios, e nas querelas entre príncipes e monarcas absolutos e constitucionais que defendiam seus interesses mercantilistas, só aumentados com a Reforma.

Com o processo de formação e consolidação dos Estados-Nação, os conflitos deixaram de ser uma luta entre príncipes para se transformar em uma guerra entre povos. Essa situação de beligerância irá persistir até a I Guerra Mundial.

Na primeira década do século XX, o mundo se tornou integrado política e economicamente, moldado pelos interesses ocidentais, que exerciam controle sobre grande parte e havia definido um sistema internacional, estabelecendo uma relação de dominação sobre sociedades não ocidentais.

¹ HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p.56.

² Id, *ibid*, p.53.

³ HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p. 59.

AMORIM, Oswaldo Bueno *et al.* A Geopolítica e a primeira guerra - século XX. In: BRANT, L. N. C. (Org.). **Terrorismo e Direito – os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense, 2003. 1. ed., v. único, p. 329-346.

AURELIO, A. B. de (Ed. e Coord.). **Século XXI: dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 3. ed. totalmente verificada e ampliada.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999 a.

_____. **Fim de Milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 1999 b.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paulo. **Espaço e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Geografia Cultural.** Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

COSTA, Wanderley Messias de. **O estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1995.

DOLLFUS, Oliver. **O espaço geográfico.** São Paulo: Difel, 1982.

HAELSBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HISSA, Cássio & Viana. **A mobilidade das fronteiras.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. (Org.). **Saberes ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

HOBBSBAWN, Eric J. **A revolução francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MAGNOLLI, Demétrio. **O novo mapa do mundo.** São Paulo: Moderna, 1993.

MATTEUCCI, Nicola; BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora UNB, 2007. v. 1 e 2.

MIGUEL, Luiz Felipe. **O nascimento da política moderna.** Brasília: Editora UNB, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2002.

QUIRINO, Célia; VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, Gildo M. **Clássicos do pensamento político.** São Paulo: Editora USP, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton (Org.). **Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço, técnica e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

VESENTINI, Jose William. **Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação na escala planetária.** Campinas: Papirus, 1990.

WEFFORT, Francisco Correa. **Os Clássicos da Política.** São Paulo: Ática, 2002.



ISBN 978-85-64724-11-2



9 788564 724112